

Gastos públicos com educação e meta do IDEB no ensino fundamental: uma análise dos municípios do sertão de Pernambuco**Public expenditures with education and IDEB's goal in elementary school: an analysis of the municipalities of the hinterland of Pernambuco**

Recebimento dos originais: 22/05/2018

Aceitação para publicação: 03/07/2018

Uelitania Dantas de Sousa

Graduada em Ciências Contábeis

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina-PE (FACAPE)

Endereço: Campus Universitário, s/n - Vila Eduardo, Petrolina - PE, 56328-000

Email: uelitania.dantas@hotmail.com

Josaias Santana dos Santos

Mestre em Ciências Contábeis

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina-PE (FACAPE)

Endereço: Campus Universitário, s/n - Vila Eduardo, Petrolina - PE, 56328-000

Email: josaias@yahoo.com.br

João Eudes de Souza Calado

Mestre em Ciências Contábeis

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Endereço: Av. José de Sá Maniçoba, S/N - Centro, Petrolina - PE, 56304-917

Email: joao.calado@univasf.edu.br

Florisvaldo Cunha Cavalcante Júnior

Mestrando em Ciências Contábeis

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF-SERTÃO)

Endereço: Rua Projetada, S/N - Caetano II, Floresta - PE, 56400-000

Email: junior.cavalcante@yahoo.com.br

Wellington Dantas de Sousa

Mestre em Ciências Contábeis

Instituto Federal Baiano (IFBAIANO)

Endereço: Estrada da Igara, s/n - Zona Rural, Sr. do Bonfim - BA, 48970-000

Email: wellington.sousa@ifbaiano.edu.br

RESUMO

A pesquisa em referência teve por objetivo analisar a utilização dos gastos públicos com o ensino fundamental e o alcance das metas estipuladas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A utilização de recursos públicos deve ser feita de forma consciente e eficiente,

buscando sempre atingir os objetivos de forma satisfatória. Assim, o alcance das metas estabelecidas para o IDEB, que reúne em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, contribui sobremaneira para promoção de melhorias e o progresso de uma sociedade. Desse modo, realizou-se um estudo descritivo com 56 municípios que fazem parte do sertão pernambucano. Os resultados da pesquisa indicaram que os valores alocados não são determinantes para o alcance das notas do IDEB, já que municípios que tiveram as maiores alocações de recursos não atingiram as metas estabelecidas para o ensino fundamental, sendo possível verificar, de maneira geral, que cidades que apresentaram menores gastos médio com alunos, conseguiram obter êxito nas metas do IDEB.

Palavras-chave: Gastos públicos; Ensino Fundamental; IDEB.

ABSTRACT

The purpose of this research was to analyze the use of public expenditures for elementary education and the achievement of the goals set for the Basic Education Development Index (IDEB). The use of public resources should be done in a conscious and efficient manner, seeking always achieve the objectives satisfactorily. Thus, the achievement of the goals set for the IDEB, which brings together in a single indicator two equally important concepts for the quality of education, contributes greatly to the promotion of improvements and the progress of a society. Thus, a descriptive study was carried out with 56 municipalities that are part of the Pernambuco sertão. The results of the research indicated that the allocated amounts are not determinant for the reach of the IDEB grades, since municipalities that had the highest allocations of resources did not reach the established goals for elementary education, being possible to verify, in a general way, which cities who had lower average student expenses, were able to succeed in the IDEB goals.

Keywords: Public expenditure; Elementary School; IDEB.

1 INTRODUÇÃO

A educação, em sentido mais amplo, significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a outra e vai se desenvolvendo através de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida. Em sentido técnico, a educação é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, com o objetivo de se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo (SAVIAN; BEZERRA, 2013).

Segundo El Hajj (2011) a educação tem por objetivo contribuir para que os jovens se preparem para o exercício de uma profissão durante sua vida, como também integrá-los na sociedade, como cidadãos e membros de uma cultura comum.

Visando superar as desigualdades regionais na educação, foi estabelecido o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que acumula recursos e divide entre os membros federativos, principalmente na base de número de

alunos matriculados (SILVA, *et al.* 2013). O FUNDEB possibilita a alocação de recursos na busca do equilíbrio e de maior igualdade na oferta da educação nos municípios.

O desenvolvimento econômico dos municípios é caracterizado pelo crescimento da renda, acompanhado de melhorias no nível de qualidade de vida da população. As variáveis dos Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) apresentam grande aceitação na literatura como importantes indicadores para avaliação do nível de desenvolvimento de uma localidade. Para Oliveira e Silva (2012) o IDHM é um indicador do nível de atendimento, em uma determinada localidade, das necessidades humanas básicas.

A necessidade de ampliação do acesso à educação e a melhoria da qualidade dos níveis de ensino, bem como mudanças na estrutura de financiamento da educação básica, com inevitáveis impactos de longo prazo para a área, traz à tona a importância da eficiência nos gastos realizados pelo Poder Público para gerar os bens e serviços educacionais, objetivando aferir possíveis dificuldades a serem enfrentadas (RECH; COMUNELLO; GODARTH, 2014).

Para que os gastos públicos com educação sejam eficientes, torna-se necessário que o aumento dos gastos seja acompanhado de qualidade, visto que os gastos com educação devem proporcionar a eficiência e a igualdade nos sistemas de ensino, a fim de que o desempenho e o desenvolvimento dos alunos possam se concretizar.

Assim, a pesquisa pretende responder o seguinte questionamento: Os gastos públicos com educação destinados ao ensino fundamental dos municípios do Sertão pernambucano são determinantes para o alcance da nota do IDEB? Este estudo tem por objetivo analisar a utilização dos gastos com o ensino fundamental e os resultados destes municípios perante o IDEB.

A pesquisa foi operacionalizada por meio de um estudo descritivo. A realização deste estudos e justifica pelo fato de que pesquisar acerca da educação contribui para a promoção de mudanças e para o progresso da sociedade. Além disso, informa-se que o Sertão de Pernambuco representa 63,66% da área estadual com 1.575.033 de habitantes, o que corresponde a 17,91% da população do Estado (IBGE, 2010), tem importante participação na educação para o desenvolvimento do estado.

A pesquisa está estruturada em seções, disposta da seguinte forma: além desta introdução, a segunda trata da plataforma teórica que foi estruturada em dois tópicos: *Breve Contextualização do Ensino Fundamental e Gastos Públicos com Educação Fundamental*, já a terceira apresenta a metodologia do estudo, a quarta compreende a análise e discussão dos dados, e por fim, são postas as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O processo educacional ocorre em diferentes espaços e está formado por diferentes práticas (TAVARES, 2009). A educação pode ser considerada como elemento indispensável para que as pessoas possam melhorar sua qualidade e condição de vida, além de promover o desenvolvimento do ambiente em que estão inseridas (SILVA; SOUZA; ARAUJO, 2013).

Segundo o art. 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família[...]”. Assim, a educação deve propiciar ao jovem alguns aspectos fundamentais à formação como cidadão, como: fomento à construção de uma consciência crítica, criativa e participativa; formação consistente que permita compreender conteúdos, que motive a análise e interpretação da realidade; e, atrelamento da teoria à prática, contextualizada nos aspectos sócio econômico, político e cultural (EL HAJJ, 2011; GOMES; PINTO; PAULA, 2011).

Para Andere e Araújo (2008), a educação proporciona habilidades para utilizar o conhecimento, com condições de refletir, criticar e criar, sendo indispensável para a formação de um cidadão e profissional qualificado. Ainda de acordo com Andere e Araújo (2008), estudar a educação e a qualidade do ensino contribui para a promoção de mudanças e para o progresso da sociedade.

Segundo Rech, Comunelo, Godarth (2014, p. 4) “no sentido técnico, a educação é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo”. Ainda de acordo com os autores o acesso ao ensino faz parte do processo de educação dos indivíduos e é um direito essencial do ser humano que deve ser garantido pelo Estado. Os parâmetros educacionais proporcionam uma melhor performance dos alunos nos exames de proficiência nas matérias básicas, dados os recursos que sua escola possui em termos de infraestrutura, custopor aluno, qualificação de professores, salas de aula e equipamentos (RECH; COMUNELO; GODARTH, 2014).

O governo brasileiro a partir da década de 1990 intensificou os investimentos e as atenções para a Educação Fundamental. No intuito de avaliar se o país já está preparado para redirecionar o seu foco para outros níveis de ensino, pretendeu-se observar a eficiência das escolas públicas haja vista que o Ensino Fundamental foi praticamente universalizado (ABRAHÃO, 2005).

Buscando otimizar a relação gastos com ensino fundamental e a qualidade na educação, em 2007, o Ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, um indicador de qualidade educacional obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental (FERNANDES, 2007; FARIA; JANNUZZI; SILVA, 2008).

Conforme Soares e Xavier (2013) o Ideb tornou-se a forma privilegiada e comumente a única de se analisar a qualidade da educação básica brasileira e, por isso, tem tido grande influência no debate educacional no país. Seu ingresso colocou no centro desse debate a ideia de que hoje os sistemas educacionais brasileiros devem ser avaliados não apenas pelos seus processos de ensino e gestão, mas principalmente pelo aprendizado e trajetória escolar dos alunos.

A implementação do IDEB teve como objetivo construir um padrão que as variáveis pudessem ser desagregadas por sistemas de ensino e escolas, possibilitando que o processo de descentralização da educação adotado passasse a dispor de mecanismos de monitoramento e avaliação consistentes (SOUZA, 2015).

O IDEB não é apenas um indicador estatístico, mas um condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação no Brasil. Sua composição possibilita o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas e a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino (INEP, 2014). Desse modo, o IDEB possibilita ampliar as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa resultados relevantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação aprendizagem e fluxo tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados com maior qualidade, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. De modo contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema (ZOGHBI et al., 2009).

A meta para o IDEB de 2022 é alcançar a nota igual a 6,0, que é o patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O IDEB de 2013, divulgado em Setembro de 2014 pelo Ministério da Educação (MEC), apresenta as notas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano = da classe de alfabetização até a 4ª Série) e dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano = da 5ª até a 8ª Série) (SOUZA, et al., 2015).

2.2 GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

A Constituição Federal estabelece, em seu Art. 212, a obrigatoriedade dos municípios, dos estados e da União aplicarem uma porcentagem mínima das receitas advindas de impostos. A união não aplicará menos de 18%; os estados e municípios menos de 25% de suas receitas de impostos (BRASIL, 1988).

Conforme disposto nos artigos 205 e 208 da CF/88, verifica-se que a educação básica, o ensino fundamental, é um direito obrigatório às crianças e aos adolescentes e que deve ser oferecida

de forma gratuita a toda população. Inclusive estabelece o objetivo de até 2016 atender gratuitamente a 100% da população de 4 a 17 anos de idade. Além disso, define as competências de cada ente federativo para com a educação.

A política educacional voltada para o ensino fundamental passou por grandes modificações após a edição da Constituição Federal de 1988. Efetivamente, a partir da segunda metade da década de 90, foi incentivado o processo de descentralização das responsabilidades, favorecendo a municipalização da rede de ensino básico. Esse incentivo foi alavancado pela criação de fundos financeiros/contábeis (FUNDEF) com função equalizadora, de modo que fosse destinada a mesma quantidade de recursos para os partícipes (ANDRADE, 2008; PERES, 2007). Para Mello e Venzon (2014) deve-se buscar incessantemente a eficiência na utilização dos gastos públicos com a educação, respeitando dessa forma os limites previstos na legislação, com o objetivo de garantir os direitos sociais preconizados pela Constituição brasileira.

De acordo com Bertê, Brunet e Borges (2008), para que os gastos públicos com educação sejam eficientes, é necessário que o aumento dos gastos seja acompanhado de mais critério e qualidade, visto que melhorias na educação demandam investimentos de longo prazo. Além disso, os gastos com educação devem proporcionar a eficiência e a igualdade nos sistemas de ensino, a fim de que o desempenho e o desenvolvimento dos alunos possam se concretizar.

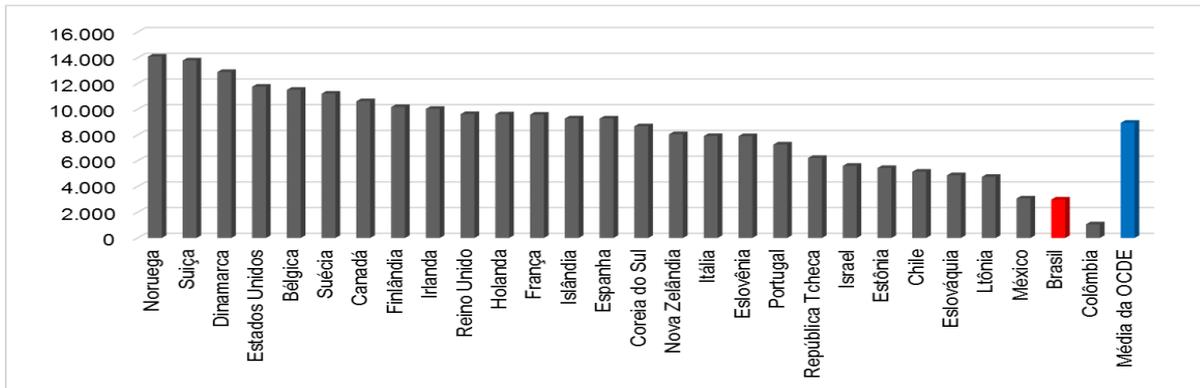
O governo brasileiro a partir da década de 1990 intensificou os investimentos e as atenções para a Educação Fundamental. No intuito de avaliar se o país já estava preparado para redirecionar o seu foco para outros níveis de ensino, observou-se, dessa forma, a eficiência das escolas públicas, haja vista que o Ensino Fundamental foi praticamente universalizado (SOUSA; SANTOS; CRIBARI NETO, 2007).

A alocação dos recursos públicos no ensino fundamental por parte do governo objetiva a oferta de bens e serviços considerados importantes e necessários à população, e que devido a sua inviabilidade econômica não são providos pelo sistema privado (SILVA et. al., 2009). O ensino fundamental é considerado decisivo para a formação dos alunos, e por isso o primeiro ciclo escolar tem recebido atenção especial dos gestores de política pública (ARVATE; BIDERMAN, 2004).

Considera-se a educação como elemento indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade. Garantir qualidade do ensino é um desafio recente da política educacional do país. Nos últimos anos o Brasil conquistou algumas melhorias nos indicadores do seu quadro educacional, como o aumento da escolaridade média da população, a diminuição da evasão escolar, do trabalho infantil e maior cobertura do ensino fundamental. No entanto, quando comparados com os resultados de outros países, o nível de qualidade da educação do Brasil ainda está abaixo do que se espera de um país em desenvolvimento (DELGADO, MACHADO, 2007). De acordo com Sousa et

al (2015) o país tem um dos piores resultados (ver figura 1) numa recente divulgação internacional com base nos indicadores nacionais divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP):

Figura 1: INVESTIMENTO PÚBLICO CALCULADO POR ESTUDANTE: valor aplicado em instituições públicas de todos os níveis educacionais.



Fonte: Sousa et. al (2015, p.3).

As informações sobre o gasto público com educação fazem parte do relatório divulgado em 2014 e publicado mundialmente pela Organização para a Cooperação Desenvolvimento Econômico – OCDE (INEP, 2014; SOUSA et al, 2015). A análise dos gastos com educação, neste caso, o ensino fundamental, apresenta-se de grande relevância, visto que a implementação inapropriada de políticas públicas nessa área poderá acarretar em aumento de escolaridade sem aumento de capital humano, sendo este um elemento primordial para o desenvolvimento socioeconômico de um país (SAVIAN;BEZERRA, 2013).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com o objetivo de analisar a utilização dos gastos com o ensino fundamental e os resultados dos municípios do Sertão pernambucano perante o IDEB, pretende-se desenvolver um estudo descritivo.

A pesquisa descritiva atenta-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sendo que o pesquisador não interfere sobre eles. Os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador (ANDRADE; VIEIRA, 2002).

Este estudo pretende utilizar fontes secundárias de dados coletados nos sítios do Tesouro Nacional brasileiro, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os dados adicionais serão

retirados do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (GIL,1999; KUMAR, 2005).

São 56 municípios que compõem o Sertão de Pernambuco, sendo eles: Afogados da Ingazeira, Afrânio, Araripina, Arcoverde, Belém do São Francisco, Betânia, Bodocó, Brejinho, Cabrobó, Carnaíba, Calumbi, Trindade, Cedro, Custódia, Exú, Dormentes, Flores, Floresta, Granito, Ibitimir, Igaraci, Inajá, Ingazeira, Ipubi, Itacuruba, Itapetim, Jatobá, Lagoa Grande, Manari, Mirandiba, Moreilândia, Orocó, Ouricuri, Parnamirim, Petrolândia, Petrolina, Quixaba, Salgueiro, Santa Cruz, São José do Egito, Santa Maria de Boa Vista, Santa Filomena, Santa Terezinha, Solidão, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Serrita, Sertânia, São José do Belmonte, Tabira, Tacaratu, Terra Nova, Carnaubeira da Penha, Triunfo, Tuparetama e Verdejante. A tabela 1 retrata de onde foram retirados e trabalhados os dados secundários para viabilização da pesquisa:

TABELA 01: DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	BASE DA INFORMAÇÃO
Despesas Liquidadas	Trata dos recursos alocados com o Ensino Fundamental da Educação Básica de cada município.	Sítio do Tesouro Nacional Brasileiro – STN
Alunos matriculados	Trata-se do número total de alunos matriculados por município do sertão de Pernambuco.	Censo Escolar. Sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
Gasto Médio por aluno	Refere-se ao gasto médio por aluno matriculado em cada Município.	Resultado da divisão: Despesas Liquidadas / Alunos Matriculados.
Nota do IDEB	Notado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB para os municípios (IDEB 4ª Série e 8ª Série)	Sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Fonte: elaborado pela autora com base em Sousa et. al (2015)

O número de habitantes foi retirado do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O Sertão de Pernambuco representa aproximadamente 64% da área estadual com cerca de 1.575 mil habitantes, o que corresponde a quase 18% da população do Estado (IBGE, 2010) e tem significativa participação na educação para o desenvolvimento do estado.

Informa-se que os resultados do IDEB disponíveis referem-se ao ano de 2013, sendo que os dados de 2015 ainda não estão disponíveis para análise, bem com os gastos com o ensino fundamental que ainda não estão disponíveis em relação ao ano-base 2015.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Apresenta-se, neste tópico, a análise e discussão dos dados a fim de alcançar o objetivo delineado na pesquisa. Desse modo, a tabela 02 apresenta o resumo dos dados que serviram de base para a análise dos gastos médios por aluno matriculado.

TABELA 02: DESPESAS POR FUNÇÃO EM ORDEM ALFABÉTICA - LIQUIDADAS COM O ENSINO FUNDAMENTAL - ANO 2013

Ord	Municípios	População	Desp. Liq.(em R\$)	Alunos Matricul.	Gasto médio por aluno matriculado em R\$
1	Afogados da Ingazeira	36.379	R\$ 16.073.130,64	3.982	R\$ 4.036,45
2	Afrânio	18.625	R\$ 13.797.327,11	3.261	R\$ 4.231,01
3	Araripina	80.577	R\$ 34.881.857,55	9.090	R\$ 3.837,39
4	Arcoverde	72.102	R\$ 18.057.257,53	4.345	R\$ 4.155,87
5	Belém do São Francisco	20.680	R\$ 13.632.670,13	2.406	R\$ 5.666,11
6	Betânia	12.433	R\$ 9.744.544,09	2.143	R\$ 4.547,15
7	Bodocó	36.783	R\$ 23.791.359,22	5.450	R\$ 4.365,39
8	Brejinho	7.464	R\$ 2.400.578,67	1.109	R\$ 2.164,63
9	Cabrobó	32.596	R\$ 17.309.677,93	3.882	R\$ 4.458,96
10	Calumbi	5.754	R\$ 4.869.311,86	849	R\$ 5.735,35
11	Carnaíba	19.187	R\$ 14.410.787,95	2.856	R\$ 5.045,79
12	Carnaubeira da Penha	12.387	R\$ 6.630.670,54	1.066	R\$ 6.220,14
13	Cedro	11.323	R\$ 6.915.201,41	1.606	R\$ 4.305,85
14	Custódia	35.574	R\$ 21.052.254,34	4.005	R\$ 5.256,49
15	Dormentes	17.925	R\$ 12.389.217,39	2.735	R\$ 4.529,88
16	Exu	32.076	R\$ 16.721.716,36	4.345	R\$ 3.848,50
17	Flores	22.610	R\$ 12.707.589,31	2.894	R\$ 4.391,01
18	Floresta	31.088	R\$ 14.277.452,85	3.278	R\$ 4.355,54
19	Granito	7.191	R\$ 5.525.137,82	1.146	R\$ 4.821,24
20	Ibimirim	28.197	R\$ 14.478.162,01	3.047	R\$ 4.751,61
21	Iguaraci	12.097	R\$ 4.601.850,55	1.449	R\$ 3.175,88
22	Inajá	21.003	R\$ 12.277.080,66	2.626	R\$ 4.675,20
23	Ipubi	30.037	R\$ 11.936.682,36	5.076	R\$ 2.351,59
24	Itacuruba	4.643	R\$ 5.632.675,98	858	R\$ 6.564,89
25	Itapetim	13.932	R\$ 3.560.107,83	1.787	R\$ 1.992,23
26	Jatobá	14.464	R\$ 6.254.925,47	1.062	R\$ 5.889,76
27	Lagoa Grande	24.183	R\$ 14.912.039,51	3.274	R\$ 4.554,69
28	Manari	19.788	R\$ 15.019.202,77	3.631	R\$ 4.136,38
29	Mirandiba	14.915	R\$ 8.034.347,46	1.780	R\$ 4.513,68
30	Moreilândia	11.246	R\$ 10.735.516,18	1.651	R\$ 6.502,43
31	Orobó	23.552	R\$ 15.145.356,79	3.042	R\$ 4.978,75
32	Orocó	14.071	R\$ 7.626.933,54	2.355	R\$ 3.238,61
33	Ouricuri	67.689	R\$ 40.616.780,92	9.023	R\$ 4.501,47
34	Parnamirim	20.990	R\$ 13.811.753,70	2.746	R\$ 5.029,77
35	Petrolândia	34.523	R\$ 22.518.919,21	4.940	R\$ 4.558,49
36	Petrolina	319.893	R\$ 103.183.569,05	28.468	R\$ 3.624,55

37	Quixaba	6.846	R\$ 6.053.192,94	1.221	R\$ 4.957,57
38	Salgueiro	59.037	R\$ 21.477.632,97	5.431	R\$ 3.954,64
39	Santa Cruz	14.487	R\$ 11.688.098,89	2.672	R\$ 4.374,29
40	Santa Cruz Baixa Verde	12.240	R\$ 5.742.351,17	1.337	R\$ 4.294,95
41	Santa Filomena	13.977	R\$ 10.724.973,95	2.459	R\$ 4.361,52
42	Santa Maria da Boa Vista	40.908	R\$ 31.009.159,26	6.843	R\$ 4.531,52
43	Santa Terezinha	11.411	R\$ 6.380.388,41	1.488	R\$ 4.287,90
44	São José do Belmonte	33.541	R\$ 17.217.533,63	4.694	R\$ 3.667,99
45	São José do Egito	33.105	R\$ 13.730.174,93	3.470	R\$ 3.956,82
46	Serra Talhada	83.051	R\$ 31.016.121,30	6.683	R\$ 4.641,05
47	Serrita	18.951	R\$ 14.214.533,68	2.992	R\$ 4.750,85
48	Sertânia	35.042	R\$ 13.271.839,87	4.030	R\$ 3.293,26
49	Solidão	5.918	R\$ 4.172.020,49	921	R\$ 4.529,88
50	Tabira	27.591	R\$ 9.062.979,23	2.920	R\$ 3.103,76
51	Tacaratu	23.833	R\$ 12.714.960,07	2.445	R\$ 5.200,39
52	Terra Nova	9.916	R\$ 4.970.685,73	1.161	R\$ 4.281,38
53	Trindade	27.756	R\$ 17.858.269,09	4.693	R\$ 3.805,30
54	Triunfo	15.280	R\$ 6.934.580,14	1.653	R\$ 4.195,15
55	Tuparetama	8.129	R\$ 3.708.973,67	1.062	R\$ 3.492,44
56	Verdejante	9.408	R\$ 7.089.506,98	1.404	R\$ 5.049,51

Fonte: elaborado pela autora (2015).

A princípio será objeto desta análise todos os municípios que compõem o universo do estudo, ou seja, 56 municípios localizados no sertão de Pernambuco. A exemplo de Sousa et al (2015) analisa-se, inicialmente, as primeiras posições e as últimas de cada componente (população, despesas liquidadas, alunos matriculados e gasto médio por aluno matriculado) da tabela 02.

Desse modo, em relação a população, entre os municípios do sertão de Pernambuco, os três primeiros são Petrolina, Serra Talhada e Araripina, tendo a cidade de Petrolina uma população quase quatro vezes maior que as anteriores, aproximadamente 320 mil habitantes. Os três municípios menores são Itacuruba, Calumbi e Solidão, com 4.643, 5.754 e 5.918 respectivamente. As cidades juntas possuem um pouco mais de quinze mil habitantes.

Petrolina também é a cidade que possui um maior número de alunos matriculados, ou seja, quase 28.500 discentes regulares no Ensino Fundamental, seguido de Araripina que possui 9.090 estudantes. Apesar de ter população inferior a Serra Talhada, o município de Ouricuri figura na terceira posição com 9.023 alunos matriculados. Os municípios de Calumbi, Itacuruba e Solidão que possuem um menor número de habitantes, também assumem, respectivamente, as primeiras posições em menor número de alunos matriculados no ensino fundamental.

Em termos de liquidação, observa-se que os municípios que mais receberam aporte de recursos para o Ensino Fundamental foram Petrolina com R\$ 103.183.569,05; Ouricuri com R\$ 40.616.780,92 e Araripina com R\$ 34.881.857,55, vale ressaltar que essas três cidades também

estão entre as três maiores em número de matrículas, no entanto, apesar de Ouricuri possuir menos alunos matriculados que Araripina, recebeu quase 6 milhões a mais para o ensino fundamental.

Os três municípios que menos receberam recursos são Brejinho, Itapetim e Tuparetama, com R\$ 2.400.578,67; R\$ 3.560.107,83 e R\$ 3.708.973,67, respectivamente. Esses valores representam 1,18% do total de recursos destinados, ou seja, menos de 10 milhões de reais. Nenhum dos municípios figuraram entre as três primeiras posições em número menor de habitantes e alunos matriculados. Ressalta-se, por exemplo, que as cidades de Calumbi, Itacuruba e Solidão que possuem o menor número de alunos matriculados, receberam mais recursos que as citadas anteriormente. A cidade de Itacuruba que possui apenas 858 alunos matriculados, recebeu R\$ 5.632.675,98, valor bem superior as cidades supracitadas (Brejinho, Itapetim e Tuparetama).

Em seguida, buscou-se analisar o gasto médio por aluno, que é o resultado da divisão das despesas liquidadas pelo número de alunos matriculados em relação a nota obtida no último IDEB. Nesse aspecto apresenta-se a tabela 03 em ordem decrescente de valores médios por aluno:

TABELA 03: ORDEM DECRESCENTE DE VALORES MÉDIOS POR ALUNO

Ord.	Instituição	População	Desp. Liq. (em R\$)	Alunos Matric.	Gasto médio por aluno matriculado em R\$
1	Itacuruba	4.643	R\$ 5.632.675,98	858	R\$ 6.564,89
2	Moreilândia	11.246	R\$ 10.735.516,18	1.651	R\$ 6.502,43
3	Carnaubeira da Penha	12.387	R\$ 6.630.670,54	1.066	R\$ 6.220,14
4	Jatobá	14.464	R\$ 6.254.925,47	1.062	R\$ 5.889,76
5	Calumbi	5.754	R\$ 4.869.311,86	849	R\$ 5.735,35
6	Belém do São Francisco	20.680	R\$ 13.632.670,13	2.406	R\$ 5.666,11
7	Custódia	35.574	R\$ 21.052.254,34	4.005	R\$ 5.256,49
8	Tacaratu	23.833	R\$ 12.714.960,07	2.445	R\$ 5.200,39
9	Verdejante	9.408	R\$ 7.089.506,98	1.404	R\$ 5.049,51
10	Carnaíba	19.187	R\$ 14.410.787,95	2.856	R\$ 5.045,79
11	Parnamirim	20.990	R\$ 13.811.753,70	2.746	R\$ 5.029,77
12	Orobó	23.552	R\$ 15.145.356,79	3.042	R\$ 4.978,75
13	Quixaba	6.846	R\$ 6.053.192,94	1.221	R\$ 4.957,57
14	Granito	7.191	R\$ 5.525.137,82	1.146	R\$ 4.821,24
15	Ibimirim	28.197	R\$ 14.478.162,01	3.047	R\$ 4.751,61
16	Serrita	18.951	R\$ 14.214.533,68	2.992	R\$ 4.750,85
17	Inajá	21.003	R\$ 12.277.080,66	2.626	R\$ 4.675,20
18	Serra Talhada	83.051	R\$ 31.016.121,30	6.683	R\$ 4.641,05
19	Petrolândia	34.523	R\$ 22.518.919,21	4.940	R\$ 4.558,49
20	Lagoa Grande	24.183	R\$ 14.912.039,51	3.274	R\$ 4.554,69
21	Betânia	12.433	R\$ 9.744.544,09	2.143	R\$ 4.547,15
22	Santa Maria da Boa Vista	40.908	R\$ 31.009.159,26	6.843	R\$ 4.531,52
23	Solidão	5.918	R\$ 4.172.020,49	921	R\$ 4.529,88

24	Dormentes	17.925	R\$ 12.389.217,39	2.735	R\$ 4.529,88
25	Mirandiba	14.915	R\$ 8.034.347,46	1.780	R\$ 4.513,68
26	Ouricuri	67.689	R\$ 40.616.780,92	9.023	R\$ 4.501,47
27	Cabrobó	32.596	R\$ 17.309.677,93	3.882	R\$ 4.458,96
28	Flores	22.610	R\$ 12.707.589,31	2.894	R\$ 4.391,01
29	Santa Cruz	14.487	R\$ 11.688.098,89	2.672	R\$ 4.374,29
30	Bodocó	36.783	R\$ 23.791.359,22	5.450	R\$ 4.365,39
31	Santa Filomena	13.977	R\$ 10.724.973,95	2.459	R\$ 4.361,52
32	Floresta	31.088	R\$ 14.277.452,85	3.278	R\$ 4.355,54
33	Cedro	11.323	R\$ 6.915.201,41	1.606	R\$ 4.305,85
34	Santa Cruz da Bx.Verde	12.240	R\$ 5.742.351,17	1.337	R\$ 4.294,95
35	Santa Terezinha	11.411	R\$ 6.380.388,41	1.488	R\$ 4.287,90
36	Terra Nova	9.916	R\$ 4.970.685,73	1.161	R\$ 4.281,38
37	Afrânio	18.625	R\$ 13.797.327,11	3.261	R\$ 4.231,01
38	Triunfo	15.280	R\$ 6.934.580,14	1.653	R\$ 4.195,15
39	Arcoverde	72.102	R\$ 18.057.257,53	4.345	R\$ 4.155,87
40	Manari	19.788	R\$ 15.019.202,77	3.631	R\$ 4.136,38
41	Afogados da Ingazeira	36.379	R\$ 16.073.130,64	3.982	R\$ 4.036,45
42	São José do Egito	33.105	R\$ 13.730.174,93	3.470	R\$ 3.956,82
43	Salgueiro	59.037	R\$ 21.477.632,97	5.431	R\$ 3.954,64
44	Exu	32.076	R\$ 16.721.716,36	4.345	R\$ 3.848,50
45	Araripina	80.577	R\$ 34.881.857,55	9.090	R\$ 3.837,39
46	Trindade	27.756	R\$ 17.858.269,09	4.693	R\$ 3.805,30
47	São José do Belmonte	33.541	R\$ 17.217.533,63	4.694	R\$ 3.667,99
48	Petrolina	319.893	R\$ 103.183.569,05	28.468	R\$ 3.624,55
49	Tuparetama	8.129	R\$ 3.708.973,67	1.062	R\$ 3.492,44
50	Sertânia	35.042	R\$ 13.271.839,87	4.030	R\$ 3.293,26
51	Orocó	14.071	R\$ 7.626.933,54	2.355	R\$ 3.238,61
52	Iguaraci	12.097	R\$ 4.601.850,55	1.449	R\$ 3.175,88
53	Tabira	27.591	R\$ 9.062.979,23	2.920	R\$ 3.103,76
54	Ipubi	30.037	R\$ 11.936.682,36	5.076	R\$ 2.351,59
55	Brejinho	7.464	R\$ 2.400.578,67	1.109	R\$ 2.164,63
56	Itapetim	13.932	R\$ 3.560.107,83	1.787	R\$ 1.992,23

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Observa-se na tabela que as cidades de Itacuruba, Moreilândia e Carnaubeira da Penha foram os municípios que apresentaram os três maiores gastos por aluno no Ensino Fundamental, sendo R\$ 6.564,89; R\$ 6.502,43 e R\$ 6.220, 14 respectivamente. Valores bem acima da média de R\$ 4.388,27. Já os municípios de Itapetim com gasto médio por aluno de R\$ 1.992,23; Brejinho com R\$ 2.164,63 e R\$ Ipubi com 2.351,59 apresentam valores bem abaixo da média e são as cidades com menor gasto por aluno. Assim, é importante analisar a performance destes e dos demais municípios em relação ao alcance das notas do IDEB, conforme se apresenta na tabela 04:

TABELA 04: PERFORMANCE DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO ALCANCE DAS NOTAS DO IDEB

Ord.	Município	IDEB 4a Série		IDEB 8a Série	
		Nota	Meta	Nota	Meta
1	Afogados da Ingazeira	5.0	4.2	4.4	3.4
2	Afrânio	4.6	4.4	3.6	3.3
3	Araripina	4.1	3.8	4.0	5.0
4	Arcoverde	4.7	3.9	?	?
5	Belém do São Francisco	4.0	3.8	?	?
6	Betânia	5.0	3.5	3.3	2.9
7	Bodocó	3.7	3.8	3.3	3.6
8	Brejinho	4.7	4.3	4.2	3.8
9	Cabrobó	4.8	3.5	3.6	3.3
10	Calumbi	4.5	3.8	3.3	3.3
11	Carnaíba	5.3	4.9	4.5	3.3
12	Carnaubeira da Penha	4.6	3.8	3.9	4.5
13	Cedro	4.9	4.3	3.5	3.8
14	Custódia	4.2	3.9	3.1	3.2
15	Dormentes	6.4	4.2	3.6	3.4
16	Exu	3.9	3.8	3.7	3.7
17	Flores	4.6	4.3	2.8	3.5
18	Floresta	3.8	4.1	3.3	3.5
19	Granito	4.0	4.5	?	?
20	Ibimirim	4.1	4.2	?	?
21	Igaraci	4.7	4.3	3.8	3.7
22	Inajá	3.9	3.6	*	2.9
23	Ipubi	3.9	3.6	3.3	3.1
24	Itacuruba	4.4	4.5	3.9	4.4
25	Itapetim	5.1	4.0	3.4	3.5
26	Jatobá	5.0	4.3	?	?
27	Lagoa Grande	4.4	3.7	?	?
28	Manari	3.3	4.7	2.5	3.0
29	Mirandiba	3.5	3.3	***	3.3
30	Moreilândia	4.7	4.5	3.3	3.7
31	Orobó	*	4.4	3.7	4.0
32	Orocó	4.0	3.8	2.9	3.8
33	Ouricuri	3.5	3.5	2.8	3.1
34	Parnamirim	4.2	3.7	3.5	3.4
35	Petrolândia	4.8	4.3	*	3.9
36	Petrolina	5.2	4.4	4.4	3.8
37	Quixaba	6.2	4.4	4.4	4.1
38	Salgueiro	4.9	4.6	4.0	3.5
39	Santa Cruz	4.0	4.0	3.2	3.6
40	Santa Cruz Baixa Verde	4.9	3.8	4.4	3.3
41	Santa Filomena	4.1	4.0	3.6	3.4
42	Santa Maria da Boa Vista	3.0	3.3	2.8	3.1
43	Santa Terezinha	4.4	3.8	3.6	3.4
44	São José do Belmonte	4.4	4.3	3.4	3.7
45	São José do Egito	5.3	4.5	4.2	4.1
46	Serra Talhada	4.0	4.0	4.0	3.6
47	Serrita	3.8	3.7	3.4	3.4
48	Sertânia	3.9	4.2	3.2	3.9
49	Solidão	4.8	3.4	3.6	4.0
50	Tabira	5.0	4.2	3.9	3.2
51	Tacaratu	4.7	4.7	3.7	4.3
52	Terra Nova	4.8	4.3	3.6	3.1
53	Trindade	4.4	3.8	3.8	3.5
54	Triunfo	5.9	4.5	5.2	4.3

55	Tuparetama	6.1	4.6	4.0	3.5
56	Verdejante	3.8	3.9	3.0	3.6

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Essa análise será dividida em três blocos, sendo analisados primeiramente os municípios que não atingiram a meta do IDEB, posteriormente os que alcançaram parcialmente a nota do IDEB (4ª. Ou 8ª. séries), e por fim as cidades que alcançaram as notas do IDEB. A princípio houve a necessidade de eliminar 10 cidades (Arcoverde, Belém do São Francisco, Granito, Ibimirim, Inajá, Jatobá, Lagoa Grande, Mirandiba, Orobó e Petrolândia) que não se encaixaram nos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), e não puderam ter suas notas do IDEB divulgadas, impossibilitando assim suas análises.

Prosseguindo, observa-se que 7 cidades (Bodocó, Floresta, Itacuruba, Manari, Santa Maria da Boa Vista, Sertânia e Verdejante) não alcançaram as metas do IDEB em nenhuma das modalidades (4ª. ou 8ª. séries). Vale destacar que os sete municípios representam 12,5% do total de 56 cidades, um número considerado baixo se for levado em consideração às dificuldades do ensino fundamental no cenário sertanejo.

Desses municípios, metade teve gasto médio por aluno um pouco abaixo da média geral (R\$ 4.388,27), à saber: Sertânia com R\$ 3.293,23; Manari com R\$ 4.136,38; Floresta com R\$ 4.355,54 e Bodocó com R\$ 4.365,39 gasto por aluno, ocupando as posições de nrs. 50, 40, 32 e 30 na tabela 03, respectivamente (do total de 56 municípios). Já os municípios de Itacuruba, Santa Maria da Boa Vista e Verdejante ficaram bem acima da média, com destaque merecido para Itacuruba que figura na primeira posição dos municípios com maior gasto médio por aluno, ou seja, R\$ 6.564,89 e mesmo tendo elevado gasto médio não atingiu nenhuma nota do IDEB, merecendo rever sua forma estabelecer critérios e estratégias para um melhor desempenho no ensino fundamental. Destaca-se, também, Santa Maria da Boa Vista que ocupa a posição nr. 22 com gasto médio de R\$ 4.531,52 e Verdejante na nona posição com gasto de R\$ R\$ 5.049,51.

Em relação aos municípios que atingiram as metas do IDEB parcialmente (4ª série) apresentam-se 13 cidades (Araripina, Carnaubeira da Penha, Cedro, Custódia, Flores, Itapetin, Moreilândia, Orocó, Ouricuri, Santa Cruz, São José do Belmonte, Solidão e Tacaratu). Informa-se que não houve municípios que alcançaram a nota parcialmente em relação à 8ª série.

Desses municípios 6 apresentaram gasto médio por aluno um pouco abaixo da média geral (R\$ 4.388,27), desse modo, têm-se na posição de nr. 29 Santa Cruz com R\$ 4.374,29; na posição de nr. 33 Cedro com R\$ 4.305,85; na 45ª Araripina com R\$ 3.837,39; na 47ª São José do Belmonte com R\$ 3.667,99; na posição de nr. 51 Orocó com R\$ 3.238,61 e por fim, Itapetim R\$ 1.992,23 na última posição (menor gasto médio por aluno). Ressalta-se que de alguma forma esses municípios

apresentam bons resultados, afinal alcançaram parcialmente as notas do IDEB com recursos abaixo da média de todas as cidades.

O destaque merecido é para o município de Itapetim que apesar de ter o menor gasto por aluno alcançou a meta estipulada para a 4^a. série e ficou muito próximo da meta da 8^a. série, ou seja, obteve nota de 3,4 sendo que a meta do IDEB era de 3,5, considera dessa forma que o município fez um bom uso do pouco recurso recebido para o Ensino Fundamental, mesmo sendo por detalhes, faz-se necessário rever os pontos que fizeram com que não atingisse o objetivo para a 8^a. série.

Ficaram acima da média 7 cidades, na segunda posição Moreilândia com R\$ 6.502,43; na terceira Carnaubeira da Penha com R\$ 6.220,14; na sétima Custódia com R\$ 5.256,49, na oitava posição Tacaratu com R\$ 5.200,39; na vigésima terceira colocação o município de Solidão com gasto médio por aluno de R\$ 4.529,88, seguidos de Ouricuri e Flores, nas posições de nrs. 26 e 28, com gastos de R\$ 4.501,47 e R\$ 4.391,01, respectivamente. Os municípios de Moreilândia e Carnaubeira da Penha estão entre os primeiros colocados em gastos elevados por aluno, no entanto, não atingiram as metas do IDEB em sua totalidade.

Assim, Moreilândia na 4^a série tinha uma meta de 4,5 e atingiu 4,7, já na 8^a série a meta era 3,7 e o município chegou a 3,3. Já Carnaubeira da Penha tinha como metas 3,8 (4^a série) e 4,5 (8^a série) e teve os seguintes resultados: alcançou a meta da primeira modalidade com 4,6 bem acima do esperado e na segunda modalidade 3,9 bem abaixo do necessário.

As cidades supracitadas necessitam aprimorar suas estratégias em relação ao ensino fundamental, haja vista que tiveram gastos elevados por aluno, sendo municípios privilegiados na alocação dos recursos públicos, no entanto, necessitam pensar nos seus planos de ação para melhoria dos seus resultados.

No que se refere a última parte da análise, 26 municípios alcançaram as notas do IDEB em sua totalidade, ou seja, IDEB 4^a Série e IDEB 8^a Série. Nesse sentido, têm-se as cidades apresentadas na tabela 05 para uma melhor visualização:

TABELA 05: MUNICÍPIOS QUE ATINGIRAM AS METAS DO IDEB EM ORDEM DECRESCENTE DE GASTO MÉDIO POR ALUNO.

Posição na tabela inicial	Municípios	Gasto médio por aluno
5	Calumbi	R\$ 5.666,11
10	Carnaíba	R\$ 5.045,79
11	Parnamirim	R\$ 5.029,77
13	Quixaba	R\$ 4.957,57
16	Serrita	R\$ 4.750,85
18	Serra Talhada	R\$ 4.641,05
21	Betânia	R\$ 4.547,15
24	Dormentes	R\$ 4.529,88
27	Cabrobó	R\$ 4.458,96
31	Santa Filomena	R\$ 4.361,52
34	Santa Cruz da Baixa Verde	R\$ 4.294,95
35	Santa Terezinha	R\$ 4.287,90
36	Terra Nova	R\$ 4.281,38
37	Afrânio	R\$ 4.231,01
38	Triunfo	R\$ 4.195,15
41	Afogados da Ingazeira	R\$ 4.036,45
42	São José do Egito	R\$ 3.956,82
43	Salgueiro	R\$ 3.954,64
44	Exu	R\$ 3.848,50
46	Trindade	R\$ 3.805,30
48	Petrolina	R\$ 3.624,55
49	Tuparetama	R\$ 3.492,44
52	Iguaraci	R\$ 3.175,88
53	Tabira	R\$ 3.103,76
54	Ipubi	R\$ 2.351,59
55	Brejinho	R\$ 2.164,63

Fonte: elaborado pela autora (2015).

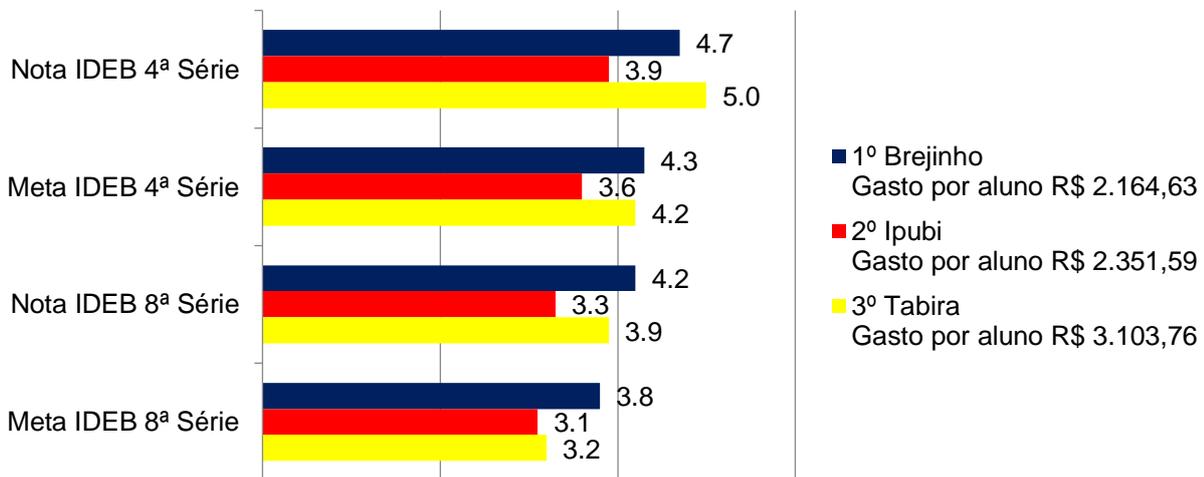
Do total de 26 municípios, 9 (Calumbi, Carnaíba, Parnamirim, Quixaba, Serrita, Serra Talhada, Betânia, Dormentes, Cabrobó) apresentaram gastos por aluno acima da média geral, no entanto, atingiram as metas do IDEB. Destaca-se a cidade de Calumbi que possui um gasto elevado por aluno (R\$ 5.666,11) estando localizado entre os cinco municípios que mais tiveram gastos médios por aluno. Calumbi tinha metas de 3,8 e 3,3 (4ª e 8ª séries), tendo alcançado, respectivamente, 4,5 e 3,3, ou seja, no primeiro momento uma nota bem superior e no segundo momento uma nota equiparada. Os outros dois municípios que atingiram as metas na sua totalidade e que figuram entre os três com maior gasto médio são Carnaíba e Parnamirim que tinham metas de (4,9 e 3,3) e (3,7 e 3,4), alcançaram, nessa sequência, (5,3 e 4,5) e (4,2 e 3,5), sendo que Carnaíba atingiu com bastante folga as suas metas.

Os demais municípios (Santa Filomena, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, Terra Nova, Afrânio, Triunfo, Afogados da Ingazeira, São José do Egito, Salgueiro, Exu, Trindade, Petrolina, Tuparetama, Iguaraci, Tabira, Ipubi, Brejinho), ou seja, 17 apresentaram valores por alunos matriculados abaixo da média. Desse total, 7 cidades tiveram gastos médios na casa de 4 mil reais, 8 municípios se apresentam na casa de 3 mil reais e somente dois na ordem de 2 mil reais.

Desse modo, considerando que 46,4% dos municípios sertanejos alcançaram as notas do IDEB em sua totalidade para o ensino fundamental, revela-se que a aplicação dos recursos foi bem sucedida por estas cidades, haja vista as dificuldades de logística encontradas pelos sertanejos nas esferas educacionais.

Considerando o conceito de eficácia, que segundo Chiavenato (2005) é uma medida do alcance dos resultados, ou seja, se refere à capacidade de atingir um objetivo proposto, assim, independente do gasto médio por aluno, população ou alunos matriculados, todos os municípios foram eficazes ao atingirem as notas do IDEB possivelmente traçaram estratégias que auxiliaram no alcance das metas do IDEB com os recursos que lhes foram disponibilizados.

Cabe ressaltar, como Sousa et al (2015) analisaram os primeiros colocados, assim reporta-se os três municípios que apresentaram um melhor aproveitamento da relação meta alcançada com menos recursos por alunos - gráfico 01:



Os três municípios que atingiram as metas do IDEB e tiveram os menores gastos por aluno.

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Eficiência de acordo com Chiavenato (2005) compreende uma medida da utilização dos recursos nesse processo, ou seja, a relação entre o que foi produzido/alcançado, dada determinada disponibilidade de escassos recursos, assim, considerando o conceito supracitado pode-se inferir que Brejinho, Ipubi e Tabira, foram os municípios que mais souberam otimizar os seus recursos no

ensino fundamental e adotaram estratégias capazes de refletir no alcance das metas estabelecidas para o IDEB. Os valores dos municípios citados estão bem abaixo das outras cidades, a exemplo de Itacuruba com R\$ 6.564,89 que teve o maior gasto por aluno e não atingiu nenhuma meta, a diferença para Brejinho foi de R\$ 4.400,26, para Ipubi foi de R\$ 4.213,30 e Tabira foi de R\$ 3.461,13 todas eficientes na relação gasto por aluno x metas alcançadas no IDEB.

Considerando que as primeiras cidades com gastos mais elevados (Itacuruba, Moreilândia e Carnaubeira da Penha) com recursos gastos por aluno na faixa de 6 mil reais não atingiram as metas do IDEB na sua totalidade, pode-se inferir que não há exatamente a relação de que quanto maior o gasto com aluno mais propício será para o município alcançar as suas metas. Trata-se de um plano estratégico bem alinhado para um Ensino Fundamental que atinja os seus objetivos com a menor utilização de recursos possíveis, desse modo, os três primeiros colocados corroboram que para se alcançar resultados satisfatórios é importante o bom uso de recursos públicos com um plano direcionador para o alcance das metas.

Nesse caso, os resultados sugerem que os valores alocados não são determinantes para o alcance das notas do IDEB, pois muito municípios que tiveram as maiores alocações de recursos não atingiram as notas nem parcialmente, nem na sua totalidade, e outras cidades com valores inferiores à média ou bem abaixo de outros municípios conseguiram obter êxito nas metas do IDEB. Assim, pode-se deduzir que existem, possivelmente, outras variáveis que determinem que cada município alcance suas metas, muito provavelmente ações educacionais e planos estratégicos que são desconhecidos neste estudo por não ser objeto da presente pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação promove a justiça social, a cidadania, o bem-estar da população e uma contribuição significativa para o desenvolvimento de uma sociedade, desse modo a educação deve ser um dos principais investimentos do governo. Neste sentido, a pesquisateve por objetivo analisar a utilização dos gastos com o ensino fundamental e os resultados dos municípios do sertão pernambucano perante o IDEB.

O estudo descritivo viabilizado por meio de fontes secundárias, foi constituído por 56 cidades. Verificou-se os municípios mais populosos, à saber: Petrolina, Serra Talhada e Araripina e os com um menor número de habitantes, Itacuruba, Calumbi e Solidão. Petrolina se destacou também pelo maior número de alunos matriculados, seguida de Araripina, Serra Talhada e Ouricuri. Os municípios de Calumbi, Itacuruba e Solidão possuem o menor número de alunos matriculados no ensino fundamental.

A cidade de Petrolina recebeu o maior volume de recursos, seguidas de Ouricuri e Araripina. Os três municípios que menos receberam recursos foram Brejinho, Itapetim e Tuparetama. Em relação ao gasto medido por aluno, as cidades de Itacuruba, Moreilândia e Carnaubeira da Penha figuram nas primeiras colocações de maiores gastos por aluno no Ensino Fundamental, em contraponto, Itapetim, Brejinho e Ipubi apresentaram os menores gastos médio por aluno. Nos achados principais da pesquisa, ou seja, a primeira parte que analisou os municípios que não atingiram a meta do IDEB, observou-se que o município de Itacuruba mesmo não alcançando nenhuma meta estabelecida pelo IDEB figurou na primeira posição dos municípios com maior gasto médio por aluno.

Relativo aos municípios que atingiram as metas do IDEB parcialmente, destacaram-se as cidades de Araripina, Carnaubeira da Penha, Cedro, Custódia, Flores, Itapetim, Moreilândia, Orocó, Ouricuri, Santa Cruz, São José do Belmonte, Solidão e Tacaratu. Destes municípios 6 apresentaram gasto médio por aluno um pouco abaixo da média dos demais (Santa Cruz, Cedro, Araripina, São José do Belmonte, Orocó, Itapetim). De alguma forma, os resultados foram comedidos, afinal as cidades supracitadas alcançaram parcialmente as notas do IDEB com recursos abaixo da média de todas as cidades. Itapetim teve o menor gasto por aluno e alcançou a meta estipulada para a 4ª. série, ficando muito próximo da meta da 8ª. série, considera-se de alguma forma que o município fez um bom uso do pouco recurso recebido para o Ensino Fundamental. Mesmo com esses resultados, estes municípios e os demais que ficaram acima das médias das cidades, precisam delinear suas estratégias em relação ao ensino fundamental para a melhoria dos seus resultados.

Na última parte analisada, 26 municípios alcançaram as notas do IDEB (4ª e 8ª Séries) o destaque foi a cidade de Calumbi que apresentou um gasto elevado por aluno, estando localizado entre os cinco municípios que mais tiveram gastos médios por aluno. Em contraponto, com escassos recursos, Brejinho, Ipubi e Tabira otimizaram as verbas recebidas para o ensino fundamental e adotaram estratégias capazes de refletir no alcance das metas estabelecidas para o IDEB, recebendo merecido destaque na relação custo x benefício.

Dada a alternância de resultados (relação recurso recebido, população, gasto médio por aluno, resultados no IDEB), os resultados sugerem que os valores alocados não são determinantes para o alcance das notas do IDEB, existindo, possivelmente, variáveis que determinem que cada município alcance suas metas, muito provavelmente ações educacionais e planos estratégicos que são desconhecidos nesta pesquisa por não ser objeto do presente estudo. Desse modo, a pesquisa apresenta como limitação de estudo uma análise baseada, especialmente, em valores alocados com ensino fundamental (valores quantitativos). Para sugestões de abordagens futuras, recomenda-se uma análise alicerçada, principalmente, em variáveis qualitativas que consigam capturar quais

fatores, de fato, influenciam no alcance das metas estabelecidas para os municípios alcançarem as notas do IDEB.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, J. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América latina. **Revista Educação e Sociedade**. v. 26, n. 92, p. 841- 858, out. 2005. Disponível em. Acesso em: maio 2015.

ANDRADE, Eduardo C. Alternativa de política educacional para o Brasil: SchoolAccountability. **Revista de Economia Política**, vol. 28, nº 3 (111), pp. 443-453 2008.

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDERE, M. A.; ARAÚJO, A. M. P. Aspectos da formação do professor de ensino superior de Ciências Contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 19, n. 48, p. 91-102, 2008.

ARVATE, Paulo; BIDERMAN, Ciro. **Economia do setor público no Brasil**. 3. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Senado Federal.

BERTÊ, A. M. A.; BORGES, C. B.; BRUNET, J. F. GREGORY. Qualidade do Gasto Público em Educação nas Redes Públicas Estaduais e Municipais. **XIII Prêmio Tesouro Nacional**, 2008.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Campus, 2005.

DELGADO, V.M.S.;MACHADO, A. F. Eficiência das escolas públicas estaduais de Minas Gerais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 37(3), p. 427-464, 2007.

EL HAJJ, Z. S.O Ensino Superior em Ciências Contábeis no Brasil (2000-2009). **Anais do II Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis – AdCont**, Rio de Janeiro, 2011.

FARIA, F. P.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, S. J. Efficiency of municipal expenditure in health and education: an investigation using data envelopment analysis in the state of Rio de Janeiro, Brazil. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, pp.155-177, jan./fev. 2008.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, J. S; PINTO, P.S.B; PAULA, M. M. **Metodologia do Ensino: uma análise da percepção dos alunos frente a diferentes formas de ensino**. Anais do II Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis – AdCont, Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Dados da educação**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: Acesso em: 28 dez. 2015.

KUMAR, R. **Research Methodology – a step-by-step guide for beginners**. 2nd ed. London: Sage, 2005.

MELLO, G. R.; VENZON, C. Estudo dos Gastos com Saúde, Educação e Pessoal nos Municípios do Sudoeste do Paraná. **XIV Congresso USP de Contabilidade e Controladoria**. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, M. J.; SILVA E. A. Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases - MG. In **V Encontro de Administração Pública e Governo – EnApg**, 2012. Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração.

PERES, Ú. D. **Arranjo Institucional do Financiamento do Ensino Fundamental no Brasil**: Considerações sobre os municípios brasileiros e estudo de caso do município de São Paulo no período de 1997 a 2006. Tese de Doutorado FGV. São Paulo 2007.

RECH, A. T.; COMUNELLO, A. L. GODARTH, K. A. L. **Análise da Eficiência dos Gastos Públicos na Educação Fundamental dos Municípios do Sudoeste do Estado do Paraná.** EnANPAD: XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, RJ, 2014.

SAVIAN, M. P. G.; BEZERRA, F. M. Efficiency analysis of expenditures with public education in elementary education in the state of Paraná. **Economia & Região**, Londrina (Pr), v.1., n.1, p.26-47, jan./jul. 2013

SILVA, M. C.; SOUZA, F. J. V. ARAÚJO, A. O. Análise da eficiência dos gastos públicos com educação nas capitais brasileiras. **Revista Contexto**, 13(24), 7-21. 2013.

SOUSA, W.D.; MAGALHÃES, M. A.; NASCIMENTO, J.C.H.B; BERNARDES, J.R. Análise dos gastos na alocação dos recursos públicos destinados ao Ensino Fundamental dos municípios do Espírito Santo. **Anais do IX AnpCont**. Curitiba, PR, 2015.

SOUSA, M. C. S.; SANTOS, F.B.C.; CRIBARI NETO, F. Uma Análise da Eficiência do Gasto Público Municipal no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 68, p. 7-55, 2007.

SOUZA, Alberto de Melo e. A Relevância dos Indicadores Educacionais para Educação Básica: informação e decisões. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p.153-179, maio 2010.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista FAE**. Curitiba, v.5, n.1, p.61-70, jan./abr. 2002.

ZOGHBI, A. C. P. et.al. **Mensurando o Desempenho e a Eficiência dos Gastos Estaduais em Educação Fundamental e Média.** Est. Econ., São Paulo, v. 39. n° 4, p. 785-809, Outubro-Dezembro 2009.